

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ACTA N.º 10/2010

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA 26 DE ABRIL DE 2010

(Contém X folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Andreia Martins Cardoso da Costa** -----
VEREADOR **Francisco Cota Rodrigues**-----
VEREADORA **Raquel Margarida Pinheiro da Silva**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias** -----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins** -----
VEREADOR **Artur Manuel Leal de Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----

ACTA N.º 10/2010

No dia 26 de Abril de 2010, nesta Cidade de Angra do Heroísmo, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo sob a presidência de **Andreia Martins Cardoso da Costa**, na qualidade de **Presidente da Câmara**, estando presentes os Vereadores **Francisco Cota Rodrigues, Raquel Margarida Pinheiro da Silva, António Lima Cardoso Ventura, Fernando Francisco de Paiva Dias, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins e Artur Manuel Leal de Lima.**-----

Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, que foi secretariada pela assistente técnica **Fernanda Cristina Pires Amorim Belo Santos.**-----

Período de Antes da Ordem do Dia

A Presidente da Câmara Municipal após cumprimentar todos os presentes, prestou alguns esclarecimentos quanto a diversas questões colocadas em reuniões anteriores, tais como:-----

- Os apoios prestados à ACM – Associação Cristã da Mocidade, os mesmos são atribuídos no âmbito desportivo e a atletas daquela Associação, existindo um protocolo com o Município;-----

- O inquérito de Natal elaborado pela Culturanga, EEM, a Presidente da Câmara Municipal informou que já havia uma conclusão, cujas cópias do documento executado seriam distribuídas pelo restante executivo camarário;-----

- Imputação de custos às Juntas de Freguesia, nomeadamente, Terra Chã, foi pedido um parecer à Direcção Regional da Organização e Administração Pública sobre o assunto em causa;-----

- Dívida à ADSE, foi devidamente objecto de um protocolo para pagamento faseado da verba em dívida;-----

Quanto ao processo da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, não tinha sido ainda possível localizar a resposta daquela Associação.-----

De seguida, o Vereador António Lima Cardoso Ventura, após dar igualmente as boas vindas a todos os presentes, referiu-se à questão da violência doméstica e de não se ter conseguido localizar a resposta da APAV. Tendo em conta que os Açores possuíam um elevado índice de violência doméstica, inquiriu se haveriam alguns dados referentes ao Concelho de Angra do Heroísmo.-----

O mesmo orador perguntou porque razão a sala multimédia do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo ia fechar.-----

Continuando a sua intervenção, o Vereador António Ventura demonstrou preocupação pelo estado em que se encontrava a vegetação do Monte Brasil, tendo a noção de que o mesmo tinha uma administração tripartida, questionou se a Câmara Municipal tinha algum contacto com o Governo Regional sobre o assunto.-----

Subsequentemente, o mesmo Edil levantou a dúvida se a insolvência do Hotel Terra Mar, sito na Serretinha, teria deixado alguns custos ao Município. -----

Prossequindo, aquele Autarca referiu-se à situação da Delegação em Angra do Heroísmo do INATEL, uma vez que de acordo com uma reestruturação daquele Instituto, o centro decisor do mesmo tinha sido centralizado em São Miguel, situação que era preocupante, não só de Ilha para Ilha, como até para outro Concelho, exemplificando com o caso da Capitania de Angra do Heroísmo, a qual era uma das mais antigas, encontrava-se agora a mesma em péssimas condições, podendo a todo o momento encerrar as suas instalações e mudar-se para a Praia da Vitória.-----

A fim de responder ao Vereador António Ventura, a Presidente da Câmara informou que existiam muitas atitudes que visavam dar resposta à violência doméstica, e que tanto o Governo como a Câmara Municipal não estavam alheios àquelas intervenções. Informou ainda que a Autarquia estava a preparar um Plano de igualdade de oportunidades.-----

No que se referia à sala multimédia do Centro Cultural e de Congressos, atendendo ao facto de terem sido atribuídas outras competências à Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, e nesses termos os equipamentos iam ser substituídos, o que levava ao encerramento provisório daquela sala.-----

Relativamente à situação do Monte Brasil, o mesmo era mantido pelo Regimento de Guarnição n.º 1 e pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, que eram as entidades competentes ao nível da manutenção dos trilhos. No entanto, também a Autarquia fazia um esforço conjunto com os Montanheiros nesse sentido.-----

No que dizia respeito à insolvência do Hotel Terra Mar, a mesma não resultava custos para o Município, mas sim prejuízos para os munícipes.-----

Quanto à Delegação do INATEL, tinha estado com um dos responsáveis que se tinha deslocado à Ilha Terceira, não vendo com agrado que fossem suprimidas competências àquela Delegação.

No caso do estado das instalações da Capitania, já tinha manifestado a sua preocupação no ano transacto, aquando da deslocação à Ilha de uma equipa do Ministério da Defesa, uma vez que a Câmara Municipal não queria perder a Capitania de Angra, estando-se inclusive a diligenciar com a APTG um espaço alternativo para as citadas instalações.-----

Seguidamente, interveio o Vereador Artur Manuel Leal de Lima, o qual mencionou que já havia perguntado numa reunião anterior uma informação quanto ao horário de trabalho do Presidente da Junta de Freguesia da Serreta, do Presidente da Junta de Freguesia do Posto Santo e da antiga secretária da Junta de Freguesia de São Sebastião, os quais eram colaboradores do Município, sem que até ao momento tivesse obtido ainda esses elementos.-----

O Vereador Fernando Francisco de Paiva Dias usou da palavra para demonstrar a sua preocupação no que dizia respeito à Delegação do INATEL, dizendo que em termos de desporto a piscina era fundamental e era óptima para treino de competição. Os custos para utilização da mesma por parte dos clubes desportivos vinham aumentando, obrigando os clubes a adquirirem carrinhas a fim de se deslocarem duas ou três vezes por semana à Praia da Vitória, tendo em conta que a Direcção Regional do Desporto não queria compartilhar os mencionados custos aos clubes.-----

A Presidente da Câmara retorquiu que já tinha demonstrado a sua preocupação no que se referia àquela situação, porque aquele era um recurso importante no Concelho de Angra do Heroísmo.-----

Subsequentemente, o Vereador António Ventura questionou se o Hotel Terra Mar pagava água e se pagava qual era o seu custo.-----

Quanto à Delegação do INATEL, em política percebia-se que a reestruturação em causa era o primeiro passo para diminuir aquele Instituto na Ilha Terceira, achando que a Autarquia devia indagar a médio e longo prazo quais eram os objectivos daquela reestruturação, a fim de perceber aprofundadamente o que estaria em causa.-----

Relativamente ao Monte Brasil, a seu ver constatava-se o desleixo do Ministério da Defesa em relação à Ilha Terceira. -----

A Presidente da Edilidade esclareceu o Vereador António Ventura de que no que se referia ao Monte Brasil, para além das diligências que eram efectuadas pelo Serviço Regional da Agricultura e Florestas, a Autarquia tinha sempre a preocupação de chamar a atenção para a manutenção daquele espaço.-----

O Vereador Artur Lima interveio para mencionar que no ano de 2003 ou 2004 tinha sido aprovado na Assembleia Municipal um voto de protesto contra o Ministério da Defesa Nacional, respeitante ao Hospital da Boa Nova, e que até à data actual não se verificava nenhuma diligência efectuada, ao que a Presidente da Câmara informou que a parte da cedência daquele edifício já estava formalizada.-----

Período da Ordem do Dia**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**Atribuição de apoios em espécie

Ent.1811 – Ofício n.º 25, datado de 24 de Março último, da Junta de Freguesia de Terra Chã, solicitando a cedência de material, tendo em vista a execução de um “resguardo” de terras no cemitério daquela Freguesia. A atribuição deste apoio enquadra-se no âmbito da competência exclusiva do órgão executivo do Município, tal como resulta do disposto no artigo 64.º, n.º 6, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – ***A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ceder o material solicitado.***-----

Ent.1075 – Ofício n.º 47/2010, datado de 17 de Fevereiro último, da Junta de Freguesia de Porto Judeu, solicitando a cedência de calçada, destinada à reabilitação do pavimento do túnel da Ribeira do Testo. A atribuição deste apoio enquadra-se no âmbito da competência exclusiva do órgão executivo do Município, tal como resulta do disposto no artigo 64.º, n.º 6, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – ***A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ceder o material solicitado.***-----

Licença de ruído – pedido de isenção
de taxa

Ent. 2003 – Comunicação datada de 9 de Abril de 2010, da União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo, solicitando a isenção do pagamento da taxa devida pela licença de ruído, destinada ao dia 1 de Maio próximo. – ***A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou reduzir a taxa devida para 50% do seu valor.***-----

Ocupação da via pública – pedido de
isenção de taxa

Ent. 2004 – Comunicação datada de 9 de Abril de 2010, da União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo, solicitando a isenção do pagamento da taxa devida pela ocupação da via pública, na Praça Velha, com uma exposição de Maiores, no dia 1 de Maio próximo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou reduzir a taxa devida para 50% do seu valor.**-----

Prova de todo-o-terreno “Meridiano 27”

- pedido de licenciamento

Ent. 2169 – Ofício com a referência 38.2010-TITNT, datado de 11 do mês findo, do Terceira Automóvel Clube, solicitando autorização para a realização do passeio Todo-o-Terreno “Meridiano 27”, o qual terá lugar no dia 9 de Maio. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar o pedido.**-----

Adesão ao projecto de Monitorização

de Radiação Electromagnética em

comunicações Móveis – recomendação

Na sequência da recomendação do Partido Social Democrata que foi presente à reunião da Câmara Municipal de 11 de Fevereiro de 2010, transcreve-se, para conhecimento do executivo camarário as diligências efectuadas pela Autarquia, relativamente ao assunto em epígrafe:-----

“A 10 de Fevereiro foram realizados contactos telefónicos com os responsáveis pelo projecto monIT, tendo ficado assente pela Dr.a Mónica Antunes que aquando da vinda da equipa à Ilha Terceira, com o propósito de realizar medições e promover a divulgação do projecto, entrariam em contacto com esta autarquia, a fim de promover uma (única) medição localizada, de acordo com a política daquela organização, seguida de palestra. Esta actividade deverá acontecer antes do final do ano lectivo em virtude da organização do projecto \pretender reunir o maior número de entidades escolares. Foi ainda solicitada a realização de protocolo para o efeito, tendo como objectivo a medição em contínuo da cidade e do Concelho (à semelhança do realizado em 2005), no entanto esta pretensão não foi atendida, uma vez que de acordo com os responsáveis pelo projecto monIT, não há condições por parte da equipa que realiza as medições, no que refere a logística para acompanhamento do projecto nas ilhas.”-----

Encontra-se prevista uma palestra para dia 29 de Abril, pelas 18 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, conforme acordado com o Instituto de Telecomunicações do Instituto Técnico de Lisboa.- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

Adenda ao Contrato – Programa com a
Culturangra, EEM

Minuta de adenda ao contrato programa entre o Município de Angra do Heroísmo e a Culturangra, EEM, elaborado nos termos do n.º 2 da cláusula quarta do contrato programa aprovado em reunião de Câmara de 9 de Outubro de 2008, com vista à viabilização da execução do projecto do Teatro Angrense, da reabilitação do Jardim dos Corte-Reais, da Reabilitação do Campo de Jogos Municipal, das restantes instalações desportivas e das Sanjoaninas 2010.-----

Após a Presidente da Câmara proceder a alguns esclarecimentos quanto ao documento em apreço, o Vereador António Ventura mencionou que tendo em conta que desde a reunião camarária de 29 de Março de 2010 não tinha havido novas justificações, os Vereadores do Partido Social Democrata iriam manter o seu sentido de voto, ou seja, votariam contra.-----

O Vereador Artur Lima referiu que aquando da reunião do executivo de 29 de Março de 2010 uma das razões que o tinha levado a votar contra tinha sido o facto de achar que relativamente às despesas, eram elevadas e não estavam bem fundamentadas. Nesse seguimento, presumia que no próximo orçamento da Câmara Municipal se verificasse um reforço de verba para cobrir o contrato com a Culturangra.-----

A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que uma situação era o contrato programa que era celebrado destinado às actividades de 2010, e outra coisa era a obrigação que resultava da lei, em que apurado que fosse o valor líquido negativo, era obrigatório que a Autarquia dotasse aquela verba com o necessário.-----

A mesma Edil continuou, referindo que as contas da Culturangra seriam apresentada em reunião da Assembleia Geral daquela Empresa, a qual teria lugar no dia 30 de Abril de 2010, sendo óbvio que a partir do citado dia estaria disponível mais informação respeitante ao assunto em causa.-----

O Vereador Artur Lima mencionou que não tinha razão para não confiar na palavra das pessoas, desde que obtivesse a garantia de ficar sanada a dívida, não tinha nada a opor.-----

O Vereador António Ventura disse que não estava em causa o conteúdo programático da Culturangra, mas era apenas uma questão de falta de conhecimento das contas da Empresa Municipal. Continuando, o mesmo orador referiu a especulação que se vinha a verificar quanto às contas daquela Empresa.-----

Subsequentemente, o Vereador Fernando Dias mencionou que não estavam contra a atribuição das verbas à Culturangra, era apenas uma questão de princípio. O mesmo Edil adiantou que

apenas queriam um relatório sobre a situação económica da Culturangra, tinha conhecimento de que o mesmo já existia mas ainda não tinha sido facultado ao executivo.-----

A Presidente da Câmara respondeu que era obrigação do ROC – Revisor Oficial de Contas remeter à Câmara Municipal o relatório sem passar pelo Conselho de Administração da Culturangra. Outra situação era a informação que o mencionado Conselho tinha solicitado, sendo que essa informação teve que ser corrigida várias vezes, entendemos mais seguro apresentar apenas as contas finais.-----

A mesma oradora discordou da Vereação do Partido Social Democrata pelo facto de dizerem que não possuíam informação insuficiente, com vista à aprovação da adenda ao contrato programa com a Culturangra.-----

Seguidamente, o Vereador Artur Lima reconheceu alguma pertinência na preocupação do Vereador Fernando Dias. O mesmo orador referiu que foi percebendo que as contas da Culturangra eram um caos, não tinham contabilidade, uma amálgama de documentos sem um fio condutor. Prosseguindo, aquele Vereador mencionou que tanto o CDS-PP como a actual administração não tinham nada a ver com a gestão do Conselho de Administração da Culturangra de 2009, reconhecendo o esforço que o actual Conselho tem feito.-----

Finalizando, o Vereador Artur Lima referiu que não tinha nada a opor à adenda ao contrato programa em votação.-----

A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP e 3 votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata, deliberou aprovar a presente minuta.-----

Foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

Dos Vereadores do Partido Social Democrata:-----

“Os Vereadores eleitos pelo PSD ao votarem contra a Adenda ao Contrato Programa com a CULTURANGRA entenderam emitir a seguinte declaração de voto:-----

Não está em causa o valor de 1 533 563 € a transferir para aquela Empresa Municipal no ano de 2010. Esse valor deverá, na nossa opinião, revelar-se até insuficiente.-----

O motivo centra-se numa questão de princípio que desde que tomámos posse em Novembro, temos vindo a reclamar; isto é, a necessidade de se conhecer a situação económica-financeira da CULTURANGRA, mediante a apresentação de um relatório elaborado pelo ROC. Essa proposta foi por nós apresentada em reunião do executivo camarário mas foi retirada a pedido da Presidente da Câmara porque o Conselho de Administração da CULTURANGRA já tinha decidido pedir ao respectivo ROC relatório semelhante.-----

Esse relatório foi elaborado pelo ROC e foi entregue ao Conselho de Administração da CULTURANGRA mas o seu teor nunca nos foi dado a conhecer. A justificação que tem sido apresentada pela Presidente de Câmara, para não entregar esse documento é o da falta de credibilidade do mesmo, traduzida nas suas três versões e nos diferentes resultados previsionais

que apresenta. À data em que o relatório foi elaborado (Setembro/ Outubro) era inevitável que os resultados do exercício apresentados teriam de ser previsionais. A dificuldade em se saber o valor exacto divida a fornecedores, em que numa data era um valor e no dia seguinte já era outro, revela uma total desorganização do sistema de controlo contabilístico da empresa. Encontrar as causas dessa desorganização e os procedimentos que não foram cumpridos e por quem, era muito mais importante do que encontrar um valor de dívida a fornecedores ou prever um resultado do exercício de 2009 que antecipadamente era difícil, tendo em conta a saída do técnico contabilista responsável pelos registos e organização da contabilidade.-----

É uma regra básica e elementar que uma vez investidos na função de Vereadores da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, queiramos perceber qual a situação de partida com que temos de contar, possuindo aquela entidade poderes de tutela sobre a CULTURANGRA, nomeadamente, determinar a realização de auditorias e averiguações ao funcionamento da empresa.-----

Não compreendemos porque é que o referido relatório nunca nos foi disponibilizado, a não ser que haja algo que não convenha ser revelado o que de todo, não queremos acreditar.-----

Em alternativa, caso as contas da CULTURANGRA de 2009 fossem entretanto fechadas e entregues, já teríamos informação para conhecer e avaliar a situação da CULTURANGRA, e certamente não nos teríamos oposto à transferência das referidas verbas.-----

Dado que o fecho de contas de 2009 da Empresa, nesta altura, ainda não está concluído e o relatório da situação económico-financeira apesar de existir não nos foi entregue como desde há meses temos vindo a solicitar, consideramos que não foram preenchidos os requisitos mínimos para a aprovação de quaisquer documentos que respeitem estritamente à CULTURANGRA e daí o nosso voto contra a proposta apresentada.”-----

Orçamento da Culturangra, EEM para 2010

Ofício n.º 133/2010 datado de 25 de Março de 2010, da Culturangra, EEM, remetendo o orçamento daquela Empresa Municipal para o corrente ano.-----

A Presidente da Câmara Municipal procedeu à apresentação em suporte digital – power point – do orçamento da Culturangra, bem como das Festas Sanjoaninas para 2010. A mesma Edil distribuiu aos Vereadores documentos com o orçamento detalhado.-----

O Vereador Fernando Dias referiu-se às actividades culturais previstas no orçamento apresentado, opinando que não existiam grandes eventos, devendo ser essencial uma rentabilização dos custos.-----

O mesmo orador fez o reparo que se fosse retirado o orçamento das Sanjoaninas, os custos com pessoal sem as Sanjoaninas atingiam perto de 40% ou 50%, verificando-se a necessidade de promover eventos que trouxessem grandes proveitos.-----

Continuando, aquele Vereador disse que aquando da elaboração do estudo económico que tinha sido feito para fundar a Culturangra, o mesmo previa inicialmente que as transferências da Câmara Municipal iriam diminuir, contudo, chegava-se à conclusão de que nos anos de 2008 e 2009, a Autarquia transferiu mais do que estava inicialmente previsto.-----

O Vereador Fernando Dias perguntou se o problema do ar condicionado no Centro Cultural de Congressos estava resolvido ao que a Presidente informou que não estava, uma vez que teria que ser o empreiteiro que fez a obra a proceder à citada reparação.-----

O mesmo orador continuou, solicitando informação sobre o parque de estacionamento do Edifício do Jardim dos Corte Reais ao que a Presidente da Câmara Municipal respondeu que aquele espaço estava a funcionar como armazém do equipamento das zonas balneares.-----

Subsequentemente, o Vereador Artur Lima manifestou o seu desagrado pelas declarações proferidas pela Presidente das Festas Sanjoaninas 2010, na sequência da não aprovação do orçamento da Culturangra, na reunião camarária ocorrida na Freguesia dos Altares.-----

Relativamente à reunião em curso, o mesmo Vereador referiu que era uma reunião histórica, uma vez que a situação que se verificava de ser presente a uma reunião camarária o orçamento das Sanjoaninas detalhado, era na sequência de uma proposta do CDS-PP. O objectivo era os munícipes ficarem a par de quanto custava a sua festa, o que pela primeira vez se vinha a concretizar. As exigências do CDS-PP no que dizia respeito àquele assunto eram rigor e transparência, e isso tinha sido cumprido.-----

Prosseguindo, o mesmo Vereador mencionou que no seguimento de ter recebido *e-mails* anónimos, não cedia a ameaças.-----

Ainda sobre o assunto do orçamento da Culturangra, o Vereador Artur Lima disse que a verba que o Governo Regional iria transferir para aquela Empresa verificava-se na sequência de uma proposta daquele Autarca, na qualidade de deputado da Assembleia Regional, uma vez que o Governo atribuía uma quantia aos teatros de São Miguel o que não se verificava para os da Ilha Terceira.-----

A Presidente da Câmara Municipal interveio para referir que no que dizia respeito à Presidente das Sanjoaninas 2010, as respostas que a mesma dava eram o que pensava, porque as pessoas eram livres de expressar a sua opinião. No que dizia respeito às declarações proferidas pela Presidente das Sanjoaninas, tinha conhecimento de que a mesma tinha manifestado o seu desagrado junto do Jornal Diário Insular, em relação ao artigo que havia sido publicado, tendo-lhe sido respondido que era da responsabilidade daquele meio de comunicação social a publicação dos títulos dos artigos, bem como o modo como os citavam.-----

A Presidente da Câmara Municipal acrescentou que as Sanjoaninas estavam a ser alvo de polémica, não tendo nada a ver com a Comissão das Festas do ano em curso, mas sim com outras gestões anteriores.-----

De seguida, o Vereador Cota Rodrigues referiu-se às Sanjoaninas e à projecção que as mesmas representavam ao nível regional, nacional e internacional, nomeadamente, no que tocava à feira tauromáquica, sendo que para esse efeito bastava lerem-se revistas da especialidade portuguesas, bem como espanholas. A realização da citada feira era também para muitos terceirenses a única hipótese de poderem ver tourear artistas de renome internacional.-----

Adiantou o mesmo Edil que a feira tauromáquica tinha que ser preservada, porque da mesma resultavam vantagens económicas para a Ilha Terceira.-----

O Vereador António Ventura reportou-se às declarações da Presidente das Sanjoaninas, referindo que quem era político sabia como era o trabalho jornalístico, e a verdade era que na situação em apreço o jornal tinha transmitido uma citação.-----

Quanto à feira taurina, e tendo em conta que apenas 5% dos munícipes entendiam de tauromaquia, quando as contas daquela feira fossem apresentadas, a maioria das pessoas iriam criticar.-----

O Vereador Artur Lima disse que não fazia nenhum juízo de valor sobre a Presidente das Sanjoaninas e a seu ver tanto para ela como para a comissão das festas, constituía uma defesa apresentar o orçamento das mesmas com rigor e transparência.-----

No que dizia respeito à tauromaquia, se fosse para falar em dignificação do espectáculo taurino, teria que lamentar não haver touradas picadas na Ilha Terceira, o que a realizar-se originaria a deslocação de muitas pessoas para a Ilha, acrescentando mais valor às Festas Sanjoaninas.-----

Continuando, o Vereador Artur Lima reconheceu que pela primeira vez, tanto a Culturangra como as Sanjoaninas, mereciam um voto de confiança, tendo em conta o rigor e transparência verificados.-----

Sobre o orçamento da Culturangra, aquele Vereador mencionou que não sabia se o mesmo era exequível, pois não é que o tinha elaborado, mas percebia-se que traria mais animação a Angra do Heroísmo e mais proveito económico.-----

A Câmara Municipal, por maioria, com 4 votos a favor da Presidente, dos Vereadores do Partido Socialista e do Vereador do CDS-PP, 1 abstenção da Vereadora do Partido Social Democrata Teresa Valadão e 2 votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata António Ventura e Fernando Dias, deliberou aprovar este orçamento.-----

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:-----

Dos Vereadores do Partido Social Democrata António Ventura e Fernando Dias:-----

“O nosso voto contra deve-se ao princípio de não conhecermos a situação económica-financeira da CULTURANGRA, não se dispondo, para o efeito, do relatório existente sobre este assunto, ou em alternativa de não estarem fechadas as Contas de 2009, situação que explicámos pormenorizadamente noutra Declaração de Voto inserida no ponto anterior da Ordem de Trabalhos (Adenda ao Contrato – Programa com a Culturangra, situação a que se adicionam as seguintes observações:-----

- Os documentos previsionais apresentados não contemplam todas as peças previstas no artigo 25º dos Estatutos da CULTURANGRA, faltando o balanço previsional e o orçamento anual de tesouraria;-----

- O Plano de Actividades, inclui o mesmo tipo de eventos de outros anos, não havendo qualquer inovação, especialmente em actividades que possam proporcionar um maior volume de receitas,

questão essencial de se resolver como forma de fazer face aos pesados custos estruturais que a Empresa apresenta;-----

- O orçamento corrente é de 2, 33 milhões € e o orçamento global é de 3,54 milhões de €, onde se incluem 1, 2 milhões considerados como investimentos e cujo financiamento é integralmente financiado pelo Município;-----
- No orçamento corrente, aproximadamente 40% respeita a despesas de pessoal (920 050 €) e 59% (1,4 milhões de €) respeita a custos com contratos, sanjoaninas, electricidade, água, etc., sendo o restante (30 000 €) para pagamento de juros de empréstimo bancário a curto prazo para fazer face a compromissos com fornecedores, o qual nunca foi formalmente dado a conhecer ao executivo camarário;-----
- O orçamento das Sanjoaninas, que faz parte integrante do orçamento da CULTURANGRA é apresentado pela primeira vez de forma autónoma e com pormenor e representa um custo total com investimentos (441 000 €) na ordem de 1, 2 milhões de €;-----
- Como questão de princípio importa referir que é um marco importante, este acto de transparência na utilização de dinheiros públicos e que nunca tinha sido feito: existência de um orçamento equilibrado e sua publicação para conhecimento de todos os Angrenses. Não pomos em causa o maior ou menor custo de qualquer actividade inserida no Orçamento das Sanjoaninas, questão que pomos à consideração dos Angrenses, mas preocupamo-nos com a divulgação pública e o equilíbrio do orçamento;-----
- O orçamento corrente das Sanjoaninas, donde se excluem os chamados investimentos (441 000 €, inteiramente financiados pela autarquia) apresenta um ligeiro saldo positivo (+ 41 000 €), o que significa que esta está a financiar as restantes actividades da CULTURANGRA, Veremos em sede de execução orçamental se isto se mantém;-----
- As Sanjoaninas revelam-se como a actividade que ocupa maior peso na estrutura de custos correntes (33%), apesar da sua realização ter lugar durante um curto período de tempo (7 dias);-----
- Se retirarmos do orçamento corrente da CULTURANGRA o orçamento corrente das Sanjoaninas, onde existe equilíbrio orçamental e até um ligeiro excedente, melhor compreendemos a situação estrutural da Empresa, Ou seja, passa a existir um défice orçamental no valor de 41 000 €, motivado pela retirada das actividades com as Sanjoaninas, passando as despesas com pessoal a representar quase 60% do total de custos correntes;-----
- Até agora as transferências da Câmara Municipal para a CULTURANGRA têm sido crescentes, ao contrário do que estimava o estudo de viabilidade económica que sustentava a criação desta Empresa, em que as mesmas seriam decrescentes. Assim entre 2008 e 2009 a Câmara Municipal de Angra transferiu cerca de 3,8 milhões de euros, quando o estudo apontava para 1, 9 milhões de euros, cuja causa só em parte pode ser explicada por um acréscimo das competências que o estudo não previa, nem a empresa consegue suportar por insuficiência de meios próprios libertos.-----
- Concluimos, sublinhando a alínea d) do ponto 8 do relatório do ROC, onde se revela necessário implementar mecanismos de controlo orçamental que permitam efectuar análise intercalar do Orçamento durante o exercício económico. Esta nota indicia que ao longo dos dois anos e meio de funcionamento da Empresa, esse procedimento básico nunca foi alcançado com os resultados conhecidos.”-----

Do Vereador do CDS-PP:-----

“O CDS-PP apresenta a seguinte declaração de voto, relativamente à proposta “Orçamento da Culturangra e Sanjoaninas”, apresentada na reunião de Câmara, realizada no dia 26 de Abril de 2010.-----

Considerando que:-----

Na referida reunião a Sra. Presidente da Culturangra fez uma apresentação, em suporte digital (PowerPoint), do orçamento da Culturangra e das Sanjoaninas;-----

Foram entregues documentos com o orçamento detalhado, aos vereadores, pela Presidente da Autarquia;-----

*A Presidente da Autarquia assumiu o compromisso de publicar, nos jornais locais e no sítio da Câmara Municipal na internet, o orçamento detalhado das Sanjoaninas;-----
A Sra. Presidente das Sanjoaninas esteve presente na referida reunião e prestou os esclarecimentos necessários sobre o orçamento das festas;-----
Considerando ainda, e sobretudo, que foi cumprida a proposta do CDS-PP, que visa introduzir rigor e transparência no orçamento das Sanjoaninas e cumpridos todos os anteriores pressupostos, o CDS-PP entendeu que, assim sendo, não havia razão para votar contra a referida proposta, votando por isso favoravelmente, porque entendemos que Angra precisa da sua festa, as Sanjoaninas, que dignificam e engrandecem o nosso Concelho.”-----*

Recomendação do Partido Social
Democrata – Rede Portuguesa de
Cidades Saudáveis

Ent. 2149 – Recomendação do Partido Social Democrata, datada de 20 do corrente mês, no sentido da Câmara Municipal aderir à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.-----

Após apresentação da recomendação pelo Vereador António Ventura, a Presidente da Câmara Municipal informou que a citada Rede era uma Associação de Municípios, cujo custo da quota anual era €1 980,00, ao qual acresciam deslocações mensais da representação do órgão executivo. A mesma Edil chamou a atenção para o facto de que caso a recomendação fosse aprovada, teria que ser aprovada esta decisão pela Associação em causa, pelo que apenas em 2011 a participação da Autarquia no mesmo se formalizaria.-----

A Presidente da Câmara Municipal acrescentou que a adesão àquela Associação implicaria a elaboração de um plano para o qual a Edilidade não tinha recursos próprios, no entanto, estava a favor da recomendação apresentada, pese embora tivesse alguns custos para o Município.-----

A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta recomendação.-----

Período de intervenção do público

O Presidente da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras, José Cipriano Sousa Martins, deu as boas vindas ao executivo camarário pela deslocação àquela Freguesia.-----

De seguida, aquele Presidente da Junta de Freguesia agradeceu à Câmara Municipal a cedência de uma máquina e de uma carrinha aquando da solução do problema ocorrido nas Ribeiras, em que devido à deficiente construção da estrada, o leito ficou mais alto do que o caminho, originando a acumulação de resíduos sólidos.-----

O mesmo Autarca reportou-se ao problema dos caminhos para a lavoura, nos quais se verifica que os lavradores não possuem caminhos para passar com as suas máquinas, sendo indispensável os mesmos terem acesso aos prédios onde tem água necessária à lavoura.-----

A Presidente da Câmara Municipal respondeu que a questão dos caminhos agrícolas, água e electricidade, tem sido uma preocupação demonstrada à Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, estando prevista uma reunião com o Secretário Regional sobre o assunto. A mesma Edil adiantou que pese embora a Câmara Municipal estar disponível para colaborar, em primeira instância havia a necessidade de sensibilizar o Governo Regional para o efeito.-----

Subsequentemente, a Presidente da Comissão das Sanjoaninas 2010, Letícia Vieira, usou da palavra para em primeiro lugar agradecer pelo voto de confiança, o qual veio em boa altura. A mesma oradora esclareceu que o termo “enxovalhar” não se prendia com as chamadas de atenção da Vereação, referia-se à forma como as diversas informações foram passadas e trabalhadas junto da comunicação social, facto que tinha prejudicado em muito a imagem das Festas. Acrescentou que não se considerava uma mulher de política e que também partilhava a preocupação do executivo camarário no que se referia à transparência e gestão das contas das Sanjoaninas.-----

A Presidente da Comissão das Sanjoaninas concluiu referindo que as Festas Sanjoaninas eram de todos e para todos, era do povo e para o povo.-----

De seguida, interveio Vítor Freitas, membro daquela Assembleia de Freguesia, o qual solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente, quanto a:-----

- Praça de Toiros da Ilha Terceira, porque razão não se procedia à cobertura da mesma, ao que a Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Praça era dirigida por uma Sociedade, sendo que aquele propósito já havia sido colocado à Sociedade gestora da Praça;-----

- Existência de prédios devolutos tanto nas freguesias como na Cidade de Angra do Heroísmo – qual a competência da Câmara Municipal nesse sentido, tendo a Presidente da Câmara Municipal informado que em primeira instância a Edilidade notificava os proprietários dos prédios. Por vezes verificava-se que aqueles não obedeciam à notificação da Autarquia, nessas situações tinha que ser a Câmara Municipal a proceder às obras, sendo que todos estes trâmites levavam imenso tempo. A mesma Edil acrescentou que havia sido publicada nova legislação sobre a questão em causa, a qual facultava mais alguns benefícios à Câmara Municipal, estando a Autarquia a considerar a hipótese de criar uma Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

- Zonas balneares, nomeadamente, a zona do Fanal, o que estava previsto para a mesma. A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que actualmente não existia uma zona de banhos no local questionado, no entanto, estava previsto um estudo para reabilitação da zona do Fanal;-

- Zona balnear das Cinco Ribeiras, a qual no passado era uma zona de lazer mais vasta, sendo actualmente direccionada apenas para banhos de mar e sol. O mesmo orador mencionou que desde a Freguesia dos Biscoitos até São Mateus da Calheta, o único porto de abrigo existente

para as embarcações situava-se nas Cinco Ribeiras, e existia uma grua naquele Porto que se destinava a apoiar as embarcações que no mesmo se refugiavam, sendo que se verificava que a mencionada grua havia sido retirada para ser reparada, contudo, nunca mais tinha sido reposta no local em causa, situação que impossibilitava o refúgio das embarcações.-----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal comunicou que em 2010 seria reparado o que havia sido danificado pelo mau tempo naquela zona balnear. Quanto à citada grua, aquela Edil desconhecia a existência da mesma, no entanto, era uma questão da situação ser comunicada à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.-----

Subsequentemente, o Vereador Artur Lima usou da palavra para manifestar a sua concordância com o que havia sido dito pelo membro da Assembleia de Freguesia Vítor Freitas quanto ao Porto das Cinco Ribeiras, tendo em conta que a seu ver, o apoio à navegação de recreio era muito importante.-----

Continuando, aquele Vereador reportou-se à intervenção da Presidente da Comissão das Festas Sanjoaninas 2010, mencionando que justamente por as Festas serem do povo e para o povo é que as pessoas tinham o direito de saberem como se organizavam e em que se gastava a verba das mesmas. O mesmo orador referiu que na sua opinião, o orçamento para as Sanjoaninas 2010 estava bem elaborado, havendo a novidade de pela primeira vez o mesmo ser publicado, procedimento que advinha de uma proposta do CDS-PP.-----

Para finalizar, o Vereador Artur Lima desejou que as Festas corressem bem, de modo a que fosse possível para todos a realização de umas festas felizes.-----

De seguida, o Vereador António Ventura no seguimento da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia, referiu que uma vez que não se verificava investimento fora dos perímetros de ordenamento agrário, a Freguesia deveria continuar a reivindicar os seus direitos.-----

No que se referia à intervenção da Presidente das Festas Sanjoaninas 2010, o mesmo Vereador disse que não estava em causa o mérito da mesma, mas sim a necessidade de haver uma explicação quanto ao modo como se faziam as citadas Festas.-----

Depois, usou da palavra a vogal do Conselho de Administração da Culturangra, Sofia Couto, a qual referiu que no que se referia ao relatório elaborado pelo ROC – Revisor Oficial de Contas, o mesmo tinha apresentado três relatórios todos diferentes, situação que não se devia verificar, pelo que o ponto de situação foi sempre sofrendo alterações. Adiantou a mesma oradora que o que se estava a discutir dizia respeito ao ano de 2009, tendo por objectivo compreender-se o que havia corrido mal, além de que, ninguém tinha mais interesse em estar a par da situação financeira da Empresa Municipal do que o próprio Conselho de Administração.-----

Subsequentemente, o Vereador Fernando Dias referiu que na sua opinião, o mais importante era perceber os procedimentos que se verificaram em 2009 e que levaram à situação actual,

havendo uma responsabilidade da Câmara Municipal naquela situação, a qual na devida altura devia ter-se inteirado da situação.-----

ENCERRAMENTO

Pelas **00H10m** não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.

A Presidente da Câmara Municipal

.....

A funcionária que lavrou a acta

.....